

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Poder em jogo](#)..... 2

[Título: Blocos de petróleo embargados pelo TCU vão a leilão sob partilha](#).....3

O Estado de S. Paulo

[Título: Avanço histórico para os biocombustíveis](#)..... 6

Correio Braziliense

[Título: Onde mora o perigo](#)..... 11

Valor Econômico

[Título: RenovaBio busca atrair setor financeiro](#)..... 30

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

[Título: Poder em jogo](#)..... 2

[Título: Blocos de petróleo embargados pelo TCU vão a leilão sob partilha](#) 3

[Título: Na terra de Trump](#) 4

[Título: Ameaça à recuperação estadual](#)..... 4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....6

[Título: Avanço histórico para os biocombustíveis](#)..... 6

[Título: Dona de linhão de Belo Monte pode ser multada por atraso](#) 7

[Título: China para de comprar etanol dos americanos](#) 9

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Dívida antiga da Eletrobras pode ser dobrada	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Onde mora o perigo	11
Título: Chuva continua até meados de abril	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Leilão A-4 deve ter baixa demanda e grande deságio, dizem especialistas	13
Título: ANP estuda acabar com leilões de áreas em terra	15
Título: Produção de petróleo fica estável em fevereiro	16
Título: Tarifa ao aço já eleva preço do produto nos EUA.....	17
Título: 15ª Rodada abre caminho a novos leilões de petróleo	18
Título: Duas mulheres, duas decisões	19
Título: Destaques	22
Título: Bloqueio de bens da Andrade é rejeitado por ministro do TCU	22
Título: BR e Espírito Santo serão sócios em distribuidora	23
Título: Eletropaulo prepara oferta de ações e busca atrair novo acionista	24
Título: Cemig divulga só o resultado anual	26
Título: Com melhora na economia, Açotubo quer chegar a R\$ 1 bi	27
Título: Biorrefinarias entram no foco de DSM e Amyris	28
Título: RenovaBio busca atrair setor financeiro.....	30

VEÍCULO: O Globo

Seção: Página 2

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em jogo

Há vagas

É grande a torcida na Fazenda para que o **secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa**, assuma a pasta, com a saída do titular,

Fernando Filho, que disputará eleições. Até ontem, porém, não havia sinais do Planalto sobre a escolha.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Blocos de petróleo embargados pelo TCU vão a leilão sob partilha

Governo acordou mudança após Tribunal impedir venda por concessão.

O governo federal decidiu realizar neste ano um novo leilão de áreas do pré-sal, sob regime de partilha, para licitar os dois blocos exploratórios de petróleo e gás que foram excluídos da licitação realizada na semana passada. A decisão foi tomada ontem, após reunião com o Tribunal de Contas da União (TCU), que retirou os dois blocos na véspera da rodada da última quinta-feira.

O Tribunal excluiu dois dos 70 blocos que seriam licitados na 15ª rodada de concessões do pós-sal. As duas áreas eram as mais valiosas e tinham um potencial de arrecadação mínima de R\$ 3,55 bilhões. A exclusão, no entanto, não prejudicou o sucesso do leilão, que arrecadou R\$ 8 bilhões.

MAIS IMPOSTOS NA PARTILHA

Para retirar do leilão os blocos S-M-534 e S-M-645, na Bacia de Santos, o TCU avaliou que sua concessão provocaria uma perda de arrecadação para a União de R\$ 2,377 bilhões. Segundo parecer do órgão de controle, esses blocos — que seriam ofertados por meio do regime de concessão, usado na área do pós-sal — estão muito próximos a uma área do pré-sal batizada de Saturno.

Assim, seria mais vantajoso para a União se eles fossem oferecidos no regime de partilha. Isso faz diferença para os cofres públicos porque a carga tributária incidente sobre o regime de partilha é maior do que aquela cobrada no regime de concessão. Assim, um leilão no pré-sal (no regime de partilha) daria mais recursos para a União.

Pelo marco regulatório atual, os blocos localizados na área delimitada no litoral entre São Paulo e Espírito Santo — chamada de polígono do pré-sal — têm de ser licitados pelo modelo de partilha. As que ficam fora são licitadas pelo modelo de concessão, a não ser que seja uma área considerada estratégica, com alto potencial de produção, por exemplo. É o caso dos dois blocos, segundo entendeu o TCU.

ARRECADAÇÃO MAIOR ESTE ANO

A nova licitação será a 5ª rodada de leilão de áreas do pré-sal. Ainda não há data marcada, que deverá ser aprovada em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Essa rodada também irá incluir a área Saturno, anteriormente prevista para ser ofertada na 4ª rodada do pré-sal, marcada para 7 de junho.

— A gente combinou hoje (ontem) com o TCU para proceder dessa maneira. Dado o resultado do leilão da semana passada, a gente chegou à conclusão de que poderia classificar a área como estratégica, já que existem reservatórios dentro e fora do pré-sal. A reunião com o TCU foi excelente para atrair investimentos para o país — disse o **secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**.

O resultado do leilão na semana passada e a nova rodada fizeram o governo aumentar a previsão de arrecadação com rodadas de petróleo neste ano. A expectativa é que entrem R\$ 18 bilhões nos cofres públicos com as rodadas de pré-sal e pós-sal neste ano, disse o secretário.

Até agora, a previsão era de uma arrecadação de R\$ 7 bilhões. — A gente tinha uma expectativa de arrecadar R\$ 7 bilhões. Já arrecadamos R\$ 8 bilhões só na rodada de quinta-feira. Agora, temos a expectativa de arrecadar R\$ 10 bilhões nas 4ª e 5ª rodadas — afirmou Márcio Félix.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Na terra de Trump

Uma comissão do Instituto Aço Brasil desembarcou, ontem, em Washington, com a missão de tornar definitiva a suspensão provisória que Trump impôs à sobretaxa ao aço brasileiro. O atual adiamento da tarifa de importação de 25% ao aço de Brasil, Argentina, Austrália e União Europeia vence no fim deste mês.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Luiz Fernando Pezão

Título: Ameaça à recuperação estadual

Os investimentos privados são o motor do desenvolvimento econômico. Cada vez mais, os investimentos públicos são dificultados pelo forte peso das despesas previdenciárias e dos gastos obrigatórios da União e dos estados. É essencial, portanto, que as empresas deem vazão ao seu potencial

empreendedor, gerando trabalho, além do aumento da arrecadação de tributos que, por sua vez, vai resultar em melhores serviços prestados pelos governos à população.

Cabe aos administradores públicos garantir que esses investimentos ocorram de maneira a propiciar, no curto, médio e longo prazo, todos esses benefícios. O entendimento do governo do Rio de Janeiro é que a adesão do estado ao Repetro (Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de bens destinados à exploração e à produção de petróleo e gás natural), assim como ocorreu em outras unidades da Federação, vai promover a competitividade fluminense não apenas no que diz respeito à natural atratividade para os empreendimentos de exploração e produção de óleo e gás, mas também aos muitos fornecedores das empresas petrolíferas.

Sem o Repetro, haverá uma significativa redução da competitividade dos fabricantes de equipamentos localizados no Estado do Rio e forte diminuição do interesse na escolha das bases fluminenses pelas empresas. Perderemos investimentos, empregos, arrecadação e renda. Sem essa adesão, ou com qualquer restrição imposta ao Repetro federal, não apenas os investimentos, a recuperação das finanças fluminenses também será prejudicada.

Os números falam por si: somente em 2018, R\$ 1,6 bilhão previstos em arrecadação para os cofres do estado estarão ameaçados sem o Repetro. Para a totalidade dos municípios fluminenses, a perda será de R\$ 400 milhões. Essa receita prevista — agora sob ameaça por causa de algumas propostas em tramitação na Assembleia Legislativa, que querem restringir o Repetro — está contabilizada no Plano de Recuperação Fiscal, resultado da adesão do Estado do Rio ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que vai garantir o reequilíbrio fiscal neste e no governo que vai nos suceder.

O mais profundo ajuste das finanças já feito por uma unidade da Federação estaria, portanto, comprometido. É importante salientar que nossa decisão de aderir ao Repetro está em plena consonância com as determinações do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), por meio do Convênio ICMS 03, de 16 de janeiro de 2018.

Os resultados da 15ª rodada de licitações da ANP, realizada nesta semana, mostraram um enorme interesse dos investidores pela Bacia de Campos, que gerou arrecadação, em um único setor, de R\$ 7,5 bilhões em bônus, com previsão de mais de R\$ 850 milhões em investimentos. Ficou evidenciado, assim, que a indústria confia, como o governo estadual, que o bom senso vai prevalecer nessa questão.

Afinal, estamos falando de um acordo que envolve todas as unidades da Federação, inclusive outros estados que também estão se tornando relevantes na produção, e que ajudei diretamente a negociar junto com outros governadores. Nossa defesa do Repetro é também, portanto, a defesa do desenvolvimento econômico e do respeito às regras estabelecidas e ao pacto federativo.

Luiz Fernando Pezão é governador do Rio de Janeiro

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Plinio Nastari

Título: Avanço histórico para os biocombustíveis

Pela primeira vez em sua trajetória, o setor de biocombustíveis passa a ter a possibilidade de uma referência futura de mercado. O RenovaBio, Plano Nacional de Biocombustíveis, concebido pelo atual governo e amplamente discutido com a sociedade, abre a perspectiva do estabelecimento de condições que induzam ganhos crescentes de eficiência, reduções de custo e de preço dos biocombustíveis aos consumidores. Um plano que se aplica a todos os combustíveis de baixa pegada de carbono, etanol, biodiesel, biogás e biometano e bioquerosene.

Após ampla consulta pública, suas diretrizes foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética, e uma proposta de medida legislativa foi construída em conjunto pelo governo e a sociedade. Por iniciativa do deputado Evandro Gussi, o projeto de lei foi apresentado, e aprovado em regime de urgência na Câmara e no Senado com ampla maioria parlamentar, tendo sido sancionado na forma de lei em dezembro. No último dia 14 de março, em evento realizado em Ribeirão Preto perante mais de mil representantes de toda a cadeia de produção, financiamento e comercialização de biocombustíveis, o presidente assinou o decreto que o regulamenta.

Com o RenovaBio, o Brasil tem a chance de criar condições duradouras para incentivar o investimento privado, valorizar a eficiência energética e ambiental e premiar a adoção de inovações voltadas à sustentabilidade.

O RenovaBio é uma iniciativa que caminha na direção dos objetivos firmados por nações que representam mais de 60 por cento da população do planeta. Na COP-23 em Bonn, estes países emitiram uma declaração de visão indicando que, para que o aquecimento global seja limitado a no máximo 2 graus Celsius em 2050, será necessário dobrar a participação da bioenergia e triplicar a participação dos biocombustíveis na demanda global de energia até 2030. Existe

um sentimento de urgência em todo o mundo em relação a esse tema. No entanto, é preciso compreender que com o RenovaBio o ritmo de expansão do mercado de biocombustíveis será ditado pelas metas de descarbonização e pela resposta que esse processo gerar como estímulo a novos investimentos.

Tampouco os produtores devem ter o sentimento de que ganharam um pote de ouro. O RenovaBio não cria um subsídio nem um novo tributo para proteger a produção. Em realidade, cria uma nova regra de competição que irá valorizar e premiar a eficiência energética e o menor impacto ambiental. É uma regulação moderna e inovadora, que vem sendo elogiada em vários fóruns internacionais, e já começa a ser copiada em alguns países.

Todos os ministérios e órgãos de governo envolvidos, liderados pelo **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, a sociedade civil e os setores econômicos relacionados com a sua formulação fazem história com esse programa, que compõe um conjunto de iniciativas de indução que somam investimentos privados futuros na área de energia de mais de R\$ 1,3 trilhão. Uma iniciativa que valoriza a capacitação nacional na produção de biocombustíveis e na engenharia automotiva nacional desenvolvida para utilizá-los de forma eficiente. Um programa que trará a definitiva integração entre biocombustíveis e derivados de petróleo, trazendo sustentabilidade ambiental e longevidade para esses últimos.

É um plano integrado de desenvolvimento econômico, energético e ambiental, aliado a uma opção de política industrial e de valorização de produção agrícola. Com o RenovaBio, o Brasil cria as bases definitivas para o desenvolvimento sustentável de sua agricultura e bioenergia. Com boa razão, na cerimônia de assinatura do decreto regulamentador, o presidente da República indicou que esse tenha sido talvez o ato mais importante do seu governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges / Brasília

Título: Dona de linhão de Belo Monte pode ser multada por atraso

Energia. Concessionária responsável pela linha de transmissão pode perder 10% da receita se punição for acatada pela Aneel; empresa, que é uma sociedade entre a State Grid e a Eletrobrás, é investigada por apagão que afetou Norte e Nordeste em março

A empresa que controla a linha de transmissão da hidrelétrica de Belo Monte pode ser multada por ter descumprido uma série de exigências previstas em contrato. A concessionária Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), dona

da rede, é a mesma que está sob investigação por causa do apagão que deixou 70 milhões de pessoas sem luz em 13 Estados do Norte e Nordeste no dia 21 de março. A concessionária é uma sociedade entre a chinesa State Grid e a Eletrobrás.

A punição foi pedida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) à Agência Nacional de Energia Elétrica no fim de março, mas não tem relação direta com o apagão. A multa refere-se a atrasos no cronograma de obras da linha ao longo do ano passado.

Por causa do descumprimento desse cronograma, previsto em contrato, o ONS pede que a receita paga à concessionária seja reduzida em 10% a partir de fevereiro deste ano e assim permaneça até a correção de todas as falhas.

A remuneração de empresas que operam linhas de transmissão é definida para o período de um ano pela Aneel. É paga mensalmente em valores incluídos nas tarifas de todos os consumidores de energia elétrica do País. No caso da BMTE, essa receita anual está hoje em cerca de R\$ 500 milhões anuais. O valor é dividido em 12 parcelas e distribuído nas contas de luz.

Cabe à Aneel aplicar ou não a punição. A decisão do ONS revoltou a diretoria da BMTE, que classificou o pedido como "absurdo". Segundo a empresa, o próprio ONS foi responsável pelo atraso de diversos testes previstos para a linha, além de fazer exigências que não estavam previstas. "É totalmente contraditório o relato do ONS para essa agência reguladora", declarou a concessionária em documento enviado à Aneel.

A linha de 2,1 mil quilômetros de extensão custou cerca de R\$ 5 bilhões. A estrutura tem início no município de Anapu, no Pará, a 17 quilômetros de distância da hidrelétrica de Belo Monte, e corta 65 municípios de quatro Estados – Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais –, até chegar a Estreito, na divisa de Minas e São Paulo.

A rede, controlada pela chinesa State Grid e Eletrobrás (Furnas e Eletronorte), entrou em operação em 12 de dezembro do ano passado, dois meses antes do prazo previsto em contrato. A antecipação era cobrada pelo governo, para que a usina de Belo Monte pudesse escoar sua energia. Por isso, a BMTE recebeu um "termo de liberação provisória" para começar a distribuir energia.

Em 12 de fevereiro, data de operação efetiva da rede de transmissão, o ONS encontrou uma série de pendências em relação ao contrato original, o que levou à punição.

Procurado pela reportagem, o ONS limitou-se a confirmar o teor de sua decisão. A BMTE declarou que "houve apenas uma recomendação equivocada do ONS, a

qual a BMTE já rebateu através de recurso administrativo à Aneel". A empresa informou que a agência vai analisar o caso e que, por enquanto, ainda "não existe corte de receitas". A Aneel não comenta processos em andamento.

Desde o blecaute de março, a linha de transmissão está operando com limitações, por determinação do ONS, até que sejam concluídas as análises das causas do apagão. O laudo deve ser concluído no dia 6 de abril.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Jamil Chade Correspondente/Genebra

Título: China para de comprar etanol dos americanos

Chineses elevam alíquotas de importação para etanol, além de outros 127 produtos.

A China suspendeu a importação de etanol dos EUA e busca novos fornecedores, depois que passou a impor tarifas extras de importação contra os produtos que vinham das usinas americanas. Num contra-ataque à política de Donald Trump, Pequim aplicou novas alíquotas a 128 produtos americanos, entre eles o etanol.

Agora, a avaliação é de que a China terá de buscar novos fornecedores para abastecer seu consumo doméstico. As tarifas para os americanos aumentaram de 30% para 45%, levando empresas chinesas a abandonar por enquanto a compra dos EUA.

Num primeiro momento, o plano é usar os estoques de milho do país para produzir domesticamente o etanol. Mas, para chegar às metas do governo de ter 10% do mix energético composto pelo biocombustível até 2020, a avaliação é de que a China terá de voltar a importar.

Mesmo sendo hoje o terceiro maior produtor de etanol do mundo, atingir as metas estipuladas pelas autoridades promete ser um desafio. Para chegar à taxa proposta pelo governo, a China terá de consumir 15 milhões de toneladas de etanol a cada ano, sete vezes o que hoje o país produz.

Diplomatas chineses na OMC indicaram ao Estado que uma das alternativas que está sendo considerada é a de garantir esse abastecimento com o produto brasileiro. Isso, no entanto, não seria imediato. O etanol brasileiro é considerado caro e a produção não é suficiente.

Aumento. Nos últimos anos, a China aumentou de forma substancial suas compras de etanol. Em 2015, ela havia importado 686 mil metros cúbicos, um aumento de 2.700% em relação a 2014. Em 2016, as compras aumentaram em mais 51%.

Mas em 2017, com uma primeira elevação de tarifas de 5% para 30%, as importações desabaram. Elas começaram a ser retomadas apenas em janeiro de 2018, com um total de 280 mil metros cúbicos de compras dos EUA nos dois primeiros meses do ano. A retomada das compras havia ajudado a exportação mundial de etanol americano a bater um novo recorde.

Mas a guerra comercial entre Trump e Pequim uma vez mais obrigou o setor a repensar sua estratégia. Antes mesmo da entrada em vigor das novas tarifas chinesas, os exportadores americanos já temiam o impacto negativo da política comercial da Casa Branca.

"A resposta da China era esperada, dada as recentes ações de nosso governo (Trump) em implementar novas tarifas", disse Bob Dinneen, presidente da Associação de Fabricantes de Combustíveis Renováveis dos EUA. "Espero agora que a Casa Branca entenda o impacto que suas ações têm sobre a indústria do etanol americano e de seus fazendeiros."

Brasil não vai se beneficiar, diz Unica

A União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) disse ontem, em comunicado, que o Brasil não deve se beneficiar da suspensão das importações e do aumento na taxa do etanol dos EUA pela China. Segundo a entidade, a série de ações comerciais adotadas pelos dois países tem como resultado a desorganização do comércio mundial. "O Brasil não consegue se beneficiar, pois a maior parte de sua produção de etanol tem sido utilizada no abastecimento doméstico (...). Tampouco os chineses se beneficiam da medida, visto que os preços domésticos tendem a subir."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: MARIA CRISTINA FRIAS

Título: Dívida antiga da Eletrobras pode ser dobrada

Mercado Aberto

^ CONTA EM DEBATE

Escritórios de advocacia que defendem credores da Eletrobras calculam que o passivo com dívidas que a estatal criou nas décadas de 1970 e 1980 é pelo menos o dobro do que o valor provisionado pela empresa.

A companhia de energia inseria nas contas de luz de grandes consumidores um valor que representava um empréstimo para ela mesma, durante os anos 1970 e 1980.

Parte dessas dívidas foram vendidas, e há fundos que compraram esses títulos. O advogado de um deles calcula que haja cerca de R\$ 35 bilhões espalhados. A principal discordância é sobre o cálculo dos juros.

No último balanço da estatal, foi reconhecido um total de R\$ 16,6 bilhões.

"Só o meu escritório representa detentores de R\$ 10,2 bilhões, e esse valor está em termos nominais e ainda precisa ser corrigido", diz José Carlos Pereira, do Pereira e Pereira Associados.

A Eletrobras tem critérios para decidir quanto provisiona no seu balanço, segundo a empresa informa em nota.

Para causas que ela considera que terão desfecho negativo, ela inclui os valores.

Aquelas que ela mesma classifica como possíveis de serem vencidas na Justiça não têm provisões no balanço, mas são destacadas em notas explicativas no documento.

Finalmente, as que ela considera ter chance remota de perder só são citadas se a administração considerar que há algo para ser divulgado.

Há dois julgamentos em tramitação que podem ter um impacto relevante nessa conta, segundo a Eletrobras, e os valores deles ainda não apareceram nos balanços.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Onde mora o perigo

Brasília-DF

O mercado está de olho na troca de comando do **Ministério de Minas e Energia**. É que, se o presidente Michel Temer optar por um comando mais político, que leve à saída do secretário executivo, Paulo Pedrosa, o processo de privatização da Eletrobrás estará sob risco. Pedrosa é considerado quem mais entende do setor elétrico e tem feito a ponte com o Congresso em torno desse tema. E, dentro da classe política, há muita resistência em privatizar uma empresa que permite indicações a vários partidos, em especial, o MDB.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Cidades****Autor: Hellen Leite****Título: Chuva continua até meados de abril**

Março ficou para trás, mas a chuva, não. Com um volume 14% maior do que a média para o terceiro mês no ano, as águas de março prometem se estender por abril, pelo menos durante as duas primeiras semanas, que será de tempo fechado a mais precipitações. “Até poderemos ter alguns períodos com Sol, mas a chuva vai predominar”, destaca a meteorologista Naiane Araújo, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

Na segunda semana de abril, as chuvas devem ficar menos frequentes e caírem mais em forma de pancadas. Para a segunda quinzena, a tendência é que comecem a escassear. “Vai ficando com cara de estação mais seca”, acrescenta Naiane.

Após esse período, a seca começa a chegar gradativamente até junho, mês de maior estiagem do ano. Só para ter ideia, o Inmet espera acumulado de 133,4 mm em abril. No mês seguinte, essa previsão cai para 29,7 mm. Em junho, a estimativa é de apenas 4,9 mm. Em julho e agosto — embora em menor nível — o período seco se mantém até o retorno da chuva, prevista para outubro.

Em relação à temperatura, o Inmet prevê que as mínimas fiquem mais baixas com a chegada da seca. “O calor acumulado ao longo do dia se perde rapidamente durante a madrugada”, explica Naiane. Assim, a temperatura mínima, que em abril deve oscilar entre 18º e 19ºC, pode cair para a faixa de 13º a 15ºC em maio e junho.

Reservatórios

Com o fim das chuvas, as atenções se voltam para o nível d’água nos reservatórios que abastecem o DF. Atualmente, os dois sistemas — Descoberto

e Santa Maria — estão com capacidade bem acima do previsto pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa).

Ontem, o Descoberto atingiu 75,4%, quando a meta para o período era de 65%. No ano passado, exatamente neste mesmo dia, o reservatório registrava 52,5% da sua capacidade.

O volume atual está acima, inclusive, do que a Adasa esperava para maio. A previsão da Agência era iniciar o quinto mês do ano com 70% do Descoberto cheio. Depois, com a chegada da seca, a meta vai caindo gradativamente até acumular 46%, no fim de agosto.

Já o de Santa Maria registrou, ontem, 48,9%, quando a meta estipulada era de 46%. Na mesma data do ano passado, o reservatório vivia situação melhor, com 51,6%. Para maio, a previsão da Adasa é de que o reservatório alcance 50%. Após, assim como ocorre com o Descoberto, a meta vai sendo reduzida até 40%, também no fim de agosto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Leilão A-4 deve ter baixa demanda e grande deságio, dizem especialistas

O governo realiza amanhã um leilão de energia do tipo A-4, que contratará projetos novos de geração com início do fornecimento em 2022. Enquanto há mais de 47 gigawatts (GW) em projetos cadastrados para a disputa, a demanda das distribuidoras deve ser novamente baixa, achatando os preços, como aconteceu no certame realizado em dezembro.

Segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, os preços máximos determinados para as fontes estão adequados, mas deve haver um deságio significativo devido à oferta desproporcionalmente grande em relação à demanda.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) cadastrou 48.713 megawatts (MW) de potência para o leilão. A fonte eólica lidera com 26,2 mil MWs e 931 projetos, seguida pela fonte solar fotovoltaica, que teve 20 mil MW cadastrados por 620 empreendimentos.

O número é parecido com o resumo dos cadastrados para o A-4 de dezembro do ano passado, que contou com 47,9 mil MW. O certame, no entanto, contratou apenas 228,7 megawatts (MW) médios e 674,5 MW de potência, muito aquém do desejado pelas indústrias de geração das fontes renováveis. A competição intensa achatou os preços, e os projetos saíram com deságios de

mais de 50% em relação aos preços máximos determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"A tendência novamente é que os preços fiquem baixos pelo fato de termos uma oferta muito alta. O problema é que começam a aparecer preços que se descolam da realidade, não refletem a realidade da indústria", disse uma fonte do setor de energia eólica, que prevê contratação de 300 MW médios no leilão.

Para a diretora executiva da consultoria Thymos Energia, Thais Prandini, o leilão deve contratar de 500 MW médios a 700 MW médios. "Nossa expectativa é que tenhamos contratação importante de solar, e, talvez um pouco menor da fonte eólica", disse.

"O setor fotovoltaico deverá ser bastante agressivo na apresentação de preços", disse Rodrigo Sauaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Além da competição, ele citou que as fontes devem disputar a margem de escoamento da energia gerada, devido às limitações de transmissão no Nordeste. "Quando as fontes competem entre si, o preço é um fator de desempate", explicou.

Embora as perspectivas para o leilão apontem uma contratação baixa, a disputa ainda é vista como boa oportunidade para liberar parte dos projetos de fontes renováveis no Nordeste que estão "represados" devido ao baixo volume de contratação dos últimos anos.

"Isso tem começado a impactar a economia local [do Nordeste]. Até um ano atrás não estávamos sentindo esse impacto. Mas agora já começa a acontecer. Se tivermos contratações fracas no A-4 e no A-6, começaremos a ter um risco de desaceleração nessas regiões, com desmobilização de pessoal, etc. Mas Acho que esses leilões devem contratar bem. Estou com um otimismo morno", afirmou o diretor-presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne), Jean-Paul Prates.

A EPE também cadastrou projetos de termelétricas a biomassa para o leilão, além de hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e centrais geradoras hidrelétricas (CGHs). Segundo Thais, da Thymos, essas fontes devem ter uma participação secundária no leilão.

Segundo o presidente do conselho de administração da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), o leilão A-6 acaba sendo uma opção melhor para as fontes hídricas que o A-4, porque dá ao investidor um tempo maior para construir a usina.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: ANP estuda acabar com leilões de áreas em terra**

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) avalia acabar com os leilões de áreas terrestres no país. Segundo o diretor-geral do órgão regulador, Décio Oddone, a ideia é que todos os blocos onshore fiquem permanentemente disponíveis para serem adquiridos pelas petroleiras a qualquer momento.

A decisão seria motivada pelo baixo interesse dos investidores nas últimas licitações. No último leilão de áreas terrestres, a 15ª rodada de licitações de blocos exploratórios, da semana passada, não houve apresentação de propostas por nenhum dos 21 blocos oferecidos ao mercado.

Segundo Oddone, o baixo interesse se deve, em parte, à competição com o programa de venda de ativos terrestres da Petrobras, que está se desfazendo de 71 campos em terra.

O diretor explica que as áreas terrestres serão incluídas na carteira de ativos da oferta permanente - mecanismo pelo qual a ANP colocará à disposição do mercado, permanentemente, uma lista de campos devolvidos à União e blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados.

A ANP pretende iniciar em maio a oferta permanente de áreas. Inicialmente, serão colocados à disposição do mercado 846 blocos, entre ativos terrestres e marítimos, mas a intenção, segundo Oddone, é praticamente dobrar esse número "em breve".

O diretor comentou também sobre a intenção da ANP de incluir, na oferta permanente, blocos marítimos da Bacia de Campos, localizados dentro do polígono do pré-sal. A região tem despertado o interesse das empresas nos últimos leilões.

"Inicialmente a ideia é incluir na oferta permanente os ativos de águas rasas, áreas próximas aos ativos colocados à venda pela Petrobras [e localizadas fora do polígono do pré-sal]", explicou Oddone após participar de evento no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Produção de petróleo fica estável em fevereiro**

A produção nacional de petróleo manteve-se praticamente estável em fevereiro, ante janeiro, informou a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ao todo, foram produzidos, no mês retrasado, 2,617 milhões de barris diários de óleo, o que representa uma alta de 0,1%, na comparação com o mês anterior e uma redução de 2,2% frente a fevereiro de 2017.

Já a produção de gás natural caiu 2,3% entre janeiro e fevereiro, para 110 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia). Na comparação com fevereiro de 2017, houve um aumento de 3% na produção do mês retrasado.

Ainda segundo a ANP, o aproveitamento de gás natural no Brasil alcançou, em fevereiro, 96,7% do volume total produzido. A queima de gás caiu 10,5% se comparada a janeiro e 9% em relação a fevereiro de 2017, para um volume de 3,6 milhões de m³ /dia.

A produção total de óleo e gás, por sua vez, somou 3,308 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) em fevereiro, o que representa uma queda de 0,42% ante janeiro e de 1,13% na comparação com fevereiro do ano passado.

O pré-sal bateu recorde histórico mais uma vez e representou 53,3% da produção nacional de óleo e gás. Ao todo, foram produzidos, em média, 1,763 milhão de BOE/dia na camada abaixo do sal, aumento de 2,3% em relação a janeiro. De acordo com a ANP, foram produzidos, no pré-sal, 1,408 milhão de barris/dia de petróleo e 56 milhões de m³ /dia de gás natural.

Impulsionada pelo pré-sal, a Bacia de Santos foi a maior produtora do país, respondendo por 47% do volume produzido no Brasil, praticamente empatada com a Bacia de Campos, que representou 46,9% da produção nacional de petróleo.

Lula permanece como o maior campo do Brasil, com uma produção de 850 mil barris/dia de óleo em fevereiro. A Petrobras respondeu por 75,3% do volume de petróleo produzido no país, seguida da Shell (12,7%) e Petrogal (3,3%).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Agências internacionais****Título: Tarifa ao aço já eleva preço do produto nos EUA**

As tarifas do presidente Donald Trump ao aço e alumínio importados já começam a ter impacto nos custos e na atividade industrial nos EUA. Um indicador de preços da matéria-prima subiu para perto do maior nível em sete anos em março em fevereiro, segundo pesquisa do Instituto para Gestão de Oferta (ISM, na sigla em inglês).

Cerca de 32% das empresas ouvidas relacionaram a sobretaxa ao potencial de alta dos custos e ao receio quanto à disponibilidade da matéria-prima, segundo Timothy Fiore, do ISM. As sobretaxas ainda não tinham entrado em vigor quando os dados foram coletados. "Muitos dos nossos clientes já estão vendo pressão [nos preços]."

Aço e alumínio são matérias-primas usadas em várias indústrias, e as empresas começaram a fazer estoques em reação ao anúncio das tarifas, disse Fiore. Algumas empresas foram informadas que cotações de preços para o aço teriam validade de só 24 horas, enquanto outras disseram que o produto tinha sumido ou os preços já tinham subido.

A reação das empresas ajudou a pressionar os preços, que já vinham subindo em virtude da sólida demanda. "A alta do índice de preços este mês foi principalmente por causa das tarifas", disse Fiore.

O índice de atividade industrial do ISM apontou uma pequena desaceleração, para 59,3 em março, de 60,8 em fevereiro. Leituras acima de 50 indicam expansão da atividade. Isso reflete, em parte, as preocupações das fábricas americanas com o potencial impacto nas exportações de medidas de retaliação de outros países às tarifas americanas, como fez a China esta semana. "Há simplesmente essa gigantesca incerteza que se inseriu no ciclo manufatureiro", disse Fiore.

O relatório divulgado ontem mostrou que o índice de novas encomendas das fábricas americanas permaneceu alto, em 61,9 em março, mas abaixo da leitura de 64,2 de fevereiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor:****Título: 15ª Rodada abre caminho a novos leilões de petróleo**

A 15ª Rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo tinha tudo para dar errado. Pouco antes do leilão, marcado para quinta-feira passada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Tribunal de Contas da União (TCU) reduziu a oferta ao retirar dois dos blocos mais cobiçados, localizados na Bacia de Santos, na fronteira do polígono do pré-sal. Além disso, projeto de lei em tramitação na Assembleia do Rio autorizou o governo estadual a adotar o regime fiscal especial para a exportação e importação de bens destinados à exploração e produção de petróleo e gás (Repetro) apenas na primeira etapa, criando uma nuvem de dúvidas a respeito dos blocos oferecidos na região.

Apesar disso, o resultado surpreendeu e ficou bem acima do esperado, arrecadando R\$ 8,014 bilhões, com ágio médio de 621,9%, a maior soma já obtida em um leilão de concessões no país. Das 47 áreas localizadas no mar, 22 foram arrematadas; não houve interesse por nenhuma das 21 em terra. O investimento mínimo é estimado em R\$ 1,2 bilhão. Os destaques foram os blocos na Bacia de Campos, que, após 40 anos em operação, amealharam R\$ 7,5 bilhões, quase 94% do total dos bônus pagos. Nos últimos dez anos, a região da Bacia de Campos ficou sem grandes investimentos pela indefinição da regulamentação do pré-sal.

A expectativa de arrecadação do governo com a 15ª Rodada, somada à da 4ª Rodada do Pré-sal sob regime de partilha, marcada para junho, foi elevada para R\$ 12 bilhões, o triplo dos R\$ 3,55 bilhões anteriormente previstos. Se a previsão se confirmar, será um avanço na comparação com o resultado de 2017, quando foram arrecadados R\$ 9,95 bilhões com a 14ª Rodada de concessão de blocos exploratórios e a segunda e a terceira de partilha.

Um avanço foi a presença das empresas estrangeiras, interessadas em investir em petróleo e gás no país, em um momento em que leilões semelhantes em outras partes do mundo não mostraram igual poder de atração. Um total de 20 empresas disputou os blocos de sete bacias. Todos os blocos da Bacia de Campos foram arrematados, com ágio médio de 680,42%, área considerada das mais atrativas por estar na franja do pré-sal. O ponto alto foi o lance feito pelo consórcio da Exxon, QPI e Petrobras, que ofereceu bônus de R\$ 2,824 bilhões, bem acima do mínimo de R\$ 40,7 milhões.

Um dos destaques foi a proposta do consórcio de Petrobras, Statoil e Exxon, que levou por R\$ 1,5 bilhão um campo que tinha bônus mínimo de R\$ 412,8 milhões. O mesmo consórcio pagou R\$ 2,128 bilhões por uma outra área que tinha mínimo de R\$ 299,18 milhões. Também arremataram blocos a BP, Shell, Petrogal, Wintershall e Chevron.

Chamou a atenção a atuação da alemã Wintershall, que ficou com sete blocos nas bacias de Santos, Campos, Potiguar e Ceará. A empresa, que atuou no Brasil de 2000 a 2005, estudava sua volta desde 2013. Ela produz um total de cerca de 500 mil barris por dia em países como Argentina, Alemanha, Noruega, Holanda, Rússia, Líbia e Abu Dhabi. Nessa primeira fase de exploração no Brasil, vai investir cerca de US\$ 10 milhões. Em áreas do pré-sal, atuará em parceria com Exxon e Repsol.

Para os investidores estrangeiros e analistas, a 15ª Rodada de licitação marcou a volta do Brasil ao jogo internacional. Para as autoridades brasileiras, foi a melhor de todos os tempos, um verdadeiro "sucesso". Foi ainda um sinal de que a correção de rumo da regulação das atividades de exploração do petróleo e gás está na direção certa e abre caminho para a 4ª Rodada do Pré-sal, marcada para 7 de junho, quando serão oferecidas áreas sob o regime de partilha. Há ainda no calendário o megaleilão de excedentes da cessão onerosa, previsto para julho, que envolve volumes gigantescos de recursos já descobertos no pré-sal, estimado entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões.

No entanto, é preciso mais estabilidade nas políticas para o setor para evitar episódios como a decisão repentina do TCU que tirou da licitação dois blocos cobiçados da Bacia de Santos, levando as autoridades a pedirem desculpas aos investidores. Os dois blocos provavelmente serão leiloados na 4ª Rodada do Pré-sal, sob regime de partilha, em 7 junho. A questão do Repetro também precisa ser uniformizada. Não é conveniente para atrair o investidor que cada Estado tenha um entendimento a respeito da aplicação do regime especial para o petróleo e gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Marco Tsuyama

Título: Duas mulheres, duas decisões

Em meados de 2012, duas mulheres conduziam duas das maiores economias do mundo. Aparentemente, tinham o mesmo perfil: duas mulheres fortes, sem muito carisma e com enorme fama de competentes. Uma conduzia um país continental, farto de recursos naturais e sempre apontado como "o país do futuro". A outra conduzia uma potência industrial ressurgida e consolidada

depois da Segunda Grande Guerra. Ambas sofriam pressão similar: questionamentos sobre o preço da energia elétrica e o seu impacto na competitividade da indústria.

A primeira delas não hesitou em querer oferecer o melhor dos mundos no curto prazo. A segunda, apesar das pressões, não fez grandes movimentos e priorizou a estabilidade regulatória. A primeira, apesar de ter vencido as eleições no ano seguinte, mergulhou o país em uma recessão e caiu dois anos depois. A segunda, apesar de toda a crise dos imigrantes, acaba de ser reconduzida para o seu quarto mandato.

A essa altura o leitor já se deu conta das personagens a que me refiro. No que tange a atender solicitações econômicas imediatas, Dilma Rousseff destacou-se: usou o Estado empresário para garantir combustíveis mais baratos, usou o Estado banqueiro para subsidiar empresas e empregos, e, por fim, usou o Estado regulatório para forçar os preços de energia elétrica para baixo. Não foi com pouco alarde que anunciou no final de 2012 a redução das tarifas de energia elétrica.

A MP 579, anunciada ferramenta para tal redução, é, entretanto, tratada hoje por especialistas como o grande fato destruturador do setor - que vinha a duras penas se consolidando desde a crise de 2001. Por isso, causa arrepios até hoje em executivos do mercado. Era uma tentativa de pressão sobre geradoras para assegurar uma redução do custo da energia, assegurando preços menores para as distribuidoras que repassariam a redução para o consumidor. As coisas não funcionaram como esperado e as distribuidoras acabaram por ficar sem energia contratada e, portanto, tiveram que comprá-la no mercado livre a preços bem maiores.

Um ano depois, as contas voltaram a subir e o estrago já estava feito. O rombo no setor - ainda difícil de calcular - superava R\$ 100 bilhões entre indenizações para os setores de transmissão e geração, socorro às distribuidoras, aportes extraordinários do Tesouro (que inevitavelmente recaem sobre o contribuinte), relicitação das outorgas, entre outros desequilíbrios. Um estrago que ainda impacta na conta do consumidor e do contribuinte (via Tesouro) e que tem feito o governo trabalhar em um novo marco regulatório para o setor, considerando todo o passivo remanescente.

Brasil destruturou o setor, enquanto a Alemanha colhe os frutos de um mercado estável e competitivo

Do outro lado, Angela Merkel, que assumira a chancelaria em um acordo com o partido rival socialdemocrata, continuava a migração da matriz energética para fontes renováveis iniciada ainda na década de 1990, sob comando dos rivais. Ao

invés de reverter políticas, como se faz usualmente no Brasil, a nova chanceler, que assumira no final de 2005, impulsionou as energias renováveis que àquele momento eram bem mais caras do que as energias convencionais.

Daí toda a pressão de alguns segmentos industriais. Em vez de sucumbir às pressões, o governo Merkel manteve o rumo e a migração ganhou ainda mais impulso com a publicação, em 2010, do *Energiewende* - o documento que guia a política climática e energética do governo alemão. O documento arrojado propõe para 2040 uma redução de 70% das emissões de gases efeito estufa (com base em 1990) e uma fração de energias renováveis de 45% (não alcançava 5% em 1990) no mix elétrico. Tal arrojo obviamente tornou ainda mais agressiva a pressão das indústrias eletrointensivas. Em 2012, portanto, essa pressão por energia elétrica mais barata atingia com tudo, ao mesmo tempo, Dilma e Merkel.

O destino de Dilma e do mercado energético brasileiro aumenta a disparidade, mas nem precisaríamos dessa comparação para perceber que a opção de Merkel foi acertada. Além da quarta reeleição, os consumidores de eletricidade alemães já colhem os frutos de um mercado estável e agora já bastante economicamente competitivo. Segundo a *Epex Spot*, uma grande bolsa de comercialização de energia europeia, o preço de energia na Alemanha alcançou preços negativos por mais de 100 vezes durante o ano de 2017, ocorrendo inclusive no dia de Natal, quando uma relativa temperatura amena foi combinada com ventos abundantes.

Em geral esse fenômeno ocorre em momentos de pouca demanda como fins de semana e feriados, em que as eólicas geram mais do que os 12% médios, característicos do país, ao mesmo tempo em que as térmicas não conseguem desligar. Gera-se, assim, um excedente de energia que pode ser exportado, mas pode também se transformar em preços negativos, que abatem no preço final da energia como ocorreu no último final de semana de outubro, quando os preços ficaram negativos por 31 horas e os preços chegaram a € 83 por MWh.

Diante da mesma pressão, as duas líderes agiram de forma diferente. Do sempre desesperado lado brasileiro, interferiu-se nas estruturas regulatórias, quebrou-se a confiança do mercado e ignorou-se por completo a questão da sustentabilidade climática, tudo para tentar assegurar menores preços de eletricidade no curto prazo. Já do tranquilo lado alemão, as estratégias, os regulamentos e as iniciativas se mantiveram (com adequações apenas marginais) firmemente alinhadas à visão de futuro, contemplada no conceito de sustentabilidade que ganhou espaço ainda no fim do século XX. O resultado final dessa disputa não poderia ser diferente.

Marco Tsuyama Cardoso é pesquisador do Instituto de Energia em Ambiente da USP, especialista em Regulação na Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp) e ex-secretário executivo do Fórum Capixaba de Mudanças Climáticas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Eleição de conselho na CSN

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que tem assembleia geral ordinária (AGO) de acionistas marcada para o dia 27, fez a convocação para a referida assembleia mas não publicou os nomes dos candidatos a serem eleitos aos conselhos de Administração e Fiscal, bem como não incluiu o nome de candidato dos minoritários no Boletim de Voto à Distância, segundo informações de acionistas. A empresa estaria, assim, na avaliação deles, descumprindo a regra 561, de 2015, estipulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Produção de químicos sobe

As vendas internas de produtos químicos de uso industrial fabricados no Brasil cresceram 6,25% no primeiro bimestre, ante mesmo período de 2017, segundo dados preliminares da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Ao mesmo tempo, o volume de importações desses itens recuou de 26,4%. Segundo a Abiquim, o produtor local voltou a ganhar espaço no atendimento da demanda interna. Entre janeiro e fevereiro, a fatia das importações no consumo aparente (produção local mais importação menos exportação) do país ficou em 34,7%, ante 40,9% há um ano. Paradas programadas para manutenção e o menor número de dias úteis, todavia, resultaram em queda no índice de produção, de 5,91% sobre o mesmo bimestre de 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Bloqueio de bens da Andrade é rejeitado por ministro do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu não bloquear os bens da construtora Andrade Gutierrez no processo que investiga fraude à licitação das obras civis da usina nuclear de Angra 3. O bloqueio de R\$ 520 milhões, que

incluía executivos da empreiteira e da Eletronuclear, foi pedido pela área técnica do órgão de controle, mas acabou rejeitado pelo Ministério Público que atua no TCU e pelo relator do caso, ministro Bruno Dantas.

A decisão pode ser vista como mais um voto de confiança na intenção da empresa em colaborar com as investigações que correm no tribunal. Apesar de descartar o bloqueio dos bens neste momento, o TCU tende a declarar a Andrade inidônea, o que a impediria oficialmente de participar de licitações ou tomar empréstimo com bancos públicos.

De acordo com os auditores do tribunal de contas, os preços pactuados em pelo menos dois aditivos feitos no contrato foram lastreados em "cotações" feitas pela própria empresa contratada. A Andrade e os ex-diretores da Eletronuclear são acusados de alterar a natureza do contrato, que passou a ser remunerado com base nos insumos utilizados na obra e não no produto final.

O montante superfaturado, de acordo com o tribunal, representa pouco mais de 20% do valor do contrato de obras civis. Como um todo, o projeto de Angra 3 já consumiu R\$ 8,5 bilhões. Se considerados os R\$ 17 bilhões necessários para a conclusão do empreendimento, o custo da usina passa dos R\$ 25,5 bilhões, o triplo do que foi inicialmente estimado.

A investigação do contrato de obras civis segue agora para a fase de tomada de contas especial, onde serão definidos os responsáveis pelos desvios identificados pelo TCU. A Andrade, no entanto, também responde por fraude à licitação do contrato de montagem eletromecânica de Angra 3, juntamente com a Odebrecht e a Camargo Corrêa.

As duas rivais já demonstraram ao TCU a intenção de ajudar a calcular o superfaturamento de seus contratos, o que deve atenuar a punição. Caso a Andrade não opte pelo mesmo caminho, também pode ser declarada inidônea por esse contrato, assim como já aconteceu com Queiroz Galvão, UTC, Techint e Empresa Brasileira de Engenharia (EBE).

Devido a falhas na análise dos recursos, essas quatro empresas ainda não estão oficialmente inidôneas. O ministro Dantas pediu celeridade na condenação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: BR e Espírito Santo serão sócios em distribuidora

O governador do Espírito Santo anunciou ontem a conclusão da negociação com a BR Distribuidora para criação de uma empresa de capital misto de gás canalizado no Estado. Com o acordo, as duas partes põem fim a uma disputa em torno do contrato de concessão da distribuidora capixaba de gás natural do Estado, a BR-ES, e permite que a BR coloque à venda, no futuro, o ativo.

O contrato de concessão da BR-ES, controlada 100% pela BR, era alvo de contestação por parte do governo capixaba. A BR Distribuidora firmou contrato de concessão de distribuição de gás com o governo do Estado, sem licitação, em 1993, com vigência até dezembro de 2043. Em 2015, contudo, a Assembleia Legislativa do Estado Espírito Santo aprovou uma lei, proposta pelo Executivo, que previa a anulação do contrato, mediante o pagamento de indenização.

A legislação fixava prazo de dois anos para que a concessão fosse licitada ou que o governo assumisse o serviço mediante a constituição de uma empresa estatal. Em 2016, em meio à disputa, a BR Distribuidora e o governo estadual, no entanto, assinaram um memorando de entendimentos em que as partes se comprometiam a unir esforços para criação de uma sociedade de economia mista para exploração dos serviços de gás.

O governo capixaba, contudo, não informou a fatia que a BR deterá na BR-ES ao fim do novo acordo. Em entrevista ao **Valor**, em março, o diretor executivo de Mercado Consumidor da BR, Gustavo Couto, já havia dito que a empresa poderá, no futuro, vender sua participação na distribuidora de gás.

"Feito isso [concluída a renegociação], tomaremos a decisão se manteremos esse produto [BR-ES] no nosso portfólio. Concessão de gás hoje nós entendemos que não é estratégia. Não vamos crescer em distribuição de gás. Podemos, sim, desinvestir dessa empresa", disse o executivo, na ocasião.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Eletropaulo prepara oferta de ações e busca atrair novo acionista

O conselho de administração da Eletropaulo deve bater o martelo sobre uma oferta primária de ações nas próximas duas semanas. O objetivo da companhia, segundo o **Valor** apurou, será levantar de R\$ 1,3 bilhão a R\$ 1,5 bilhão com a emissão de novas ações, recursos que serão utilizados para reforçar a estrutura de capital da distribuidora.

A operação deve envolver também uma oferta secundária de ações, na qual a americana AES pretende vender sua participação de 16,83% na distribuidora

paulista de energia. Considerando o valor de fechamento das ações da Eletropaulo no pregão de ontem, de R\$ 17,69, essa participação vale R\$ 498,2 milhões.

Enquanto o conselho da distribuidora decide sobre a oferta de ações, investidores se movimentam para "ancorar" a operação. A italiana Enel saiu na frente ao fazer uma oferta à AES pela sua participação, mas a americana encaminhou a proposta ao conselho da Eletropaulo. Também disputam o papel de "investidor âncora" - espécie de líder da operação - outras empresas de energia elétrica, como Equatorial, Energisa e Neoenergia, além de investidores financeiros, como a gestora brasileira GP Investments.

Segundo fontes com conhecimento da situação, para a AES, a saída mais adequada será por meio da oferta secundária. Uma venda bilateral da participação poderia envolver o pagamento de um prêmio para a americana. O valor do negócio, no entanto, é pouco representativo para a AES. Em dólares, sua participação na Eletropaulo é de cerca de US\$ 150 milhões. "Eles preferem sair da empresa na oferta secundária por ser uma transação mais barata e rápida", disse uma fonte.

Para a AES, quanto maior o preço oferecido pelo investidor âncora melhor. O mesmo vale para o BNDES, que pode acompanhar a americana e vender sua participação de 18,7% no leilão. Por isso, a expectativa é pelo recebimento de uma proposta atrativa a todos os acionistas da companhia.

Caso algum investidor consiga superar 30% das ações, será obrigado a fazer uma oferta pública de aquisição (OPA) de ações para os demais acionistas. Esse é o cenário preferido pela Enel e as outras elétricas na disputa pela distribuidora de energia.

O conselho, porém, deve avaliar outras alternativas. Uma delas seria aceitar uma oferta em um preço menor, que não dilua tanto os atuais acionistas da companhia, devido à expectativa de que a estratégia sendo implementada pela diretoria da Eletropaulo para melhora de sua situação operacional e financeira vai trazer ganhos para a empresa no médio e longo prazo. "Lá na frente, o preço das ações pode subir muito mais, o que vai beneficiar todos os acionistas que permanecerem na companhia", explicou uma fonte.

A reestruturação implementada pela companhia já deu resultados positivos, como a melhora de indicadores de qualidade do serviço e a redução da inadimplência. O endividamento medido pela relação entre dívida líquida e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caiu de 3,22 vezes ao fim de 2016 para 2,9 vezes no ano passado.

Executivos da Eletropaulo não comentaram sobre a possível capitalização, mas destacaram que, caso a companhia decida por prosseguir nesse caminho, será com o intuito de levantar recursos para continuar a reestruturação. Hoje, o prazo médio da dívida da empresa é de quatro anos. Segundo Marcelo de Jesus, vice-presidente financeiro e de RI, a intenção é alongar esse prazo para no mínimo cinco anos, bem como reduzir o custo.

Charles Lenzi, presidente da Eletropaulo, ressaltou que fatores como a modernização das operações da distribuidora feita nos últimos anos, a melhoria da governança, a nova estratégia financeira, o alongamento do perfil da dívida e a mitigação do risco relacionado à Eletrobras (com o fechamento de um acordo sobre uma dívida antiga com a estatal) ajudam a deixar a empresa mais atraente.

O investimento neste ano, orçado em R\$ 1,2 bilhão, será quase 10% acima do valor de 2017. O plano para o período 2018-2022 foi definido em R\$ 4,9 bilhões. "A companhia vai ganhar fôlego para poder investir mais", disse Lenzi.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Cemig divulga só o resultado anual

A Cemig reportou forte resultado no quarto trimestre de 2017, superando as expectativas do BTG Pactual, disse o banco em relatório assinado pelos analistas Antonio Junqueira e João Pimentel. Os analistas, no entanto, criticaram a falta de transparência da companhia, que divulgou apenas os resultados anuais, sem detalhar os números do quarto trimestre. Com isso, não há informações suficientes para que eles analisem o que, de fato, afetou o trimestre, especificamente.

Já o Bradesco BBI destacou que a redução de endividamento da companhia está avançando, mesmo sem a venda de ativos. Relatório assinado pelos analistas Francisco Navarrete, Bruno Arruda e Victor Oliveira mostra que a relação entre dívida líquida e Ebitda chegou a 3,8 vezes, ante 6,3 vezes no fim de setembro. Segundo os analistas, mesmo excluindo os fatores extraordinários, a alavancagem teria caído para 4,6 vezes, ainda muito abaixo do endividamento do trimestre anterior.

Pelos cálculos do BTG, o lucro do quarto trimestre foi de R\$ 606 milhões, acima dos R\$ 323 milhões previstos pelo banco, enquanto o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) somou R\$ 1,53 bilhão, ante a expectativa de R\$ 619 milhões dos analistas.

Excluindo alguns fatores extraordinários, o Ebitda teria somado R\$ 707 milhões, ainda melhor que o previsto pelo BTG.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Com melhora na economia, Açotubo quer chegar a R\$ 1 bi

Na esteira da recuperação dos setores automotivo, de energia e de máquinas agrícolas, o grupo Açotubo, um dos maiores distribuidores de aço da América Latina, espera se tornar uma empresa de faturamento bilionário pela primeira vez no ano que vem. Enquanto isso, já iniciou um ciclo de expansão focado em armazenamento físico, mas também de atualização de máquinas e equipamentos, que deve lhe custar cerca de R\$ 50 milhões.

Em entrevista ao **Valor**, o gerente-executivo da companhia, Bruno Bassi, também filho de um dos sócios da distribuidora, conta que a capacidade de seus centros de serviço e beneficiamento do aço, contudo, ainda não está toda ocupada. Um dos principais motivos é a dificuldade de retomada dos setores de petróleo e gás e de infraestrutura, aos quais a empresa também fornece.

A meta do Açotubo é registrar crescimento de 18% a 20% na receita deste ano, sobre os R\$ 750 milhões de 2017, chegando a R\$ 900 milhões. Com uma alta adicional em 2019, o executivo aposta que o faturamento poderia passar a marca de R\$ 1 bilhão pela primeira vez. Com margem de cerca de 5%, registraria lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) próximo a R\$ 40 milhões em 2018 e perto de R\$ 50 milhões no ano seguinte.

"Neste ano, acreditamos é um crescimento, especialmente, por conta do fornecimento a linhas de transmissão", comenta Bassi. Nesse segmento, a empresa atua na venda de produtos que ajudam na sustentação e ancoragem das torres. "Temos muito interesse na área de engenharia, que oferece soluções aos clientes. Isso nos dá participação inclusive na construção de infraestrutura."

Ao mesmo tempo, o Açotubo enxerga continuidade de crescimento da demanda nos setores automotivo e de máquinas agrícolas. Na opinião do executivo, grande parte da frota brasileira ultrapassou o limite plausível de vida útil e precisa ser trocada - um movimento do qual outras distribuidoras de aço também começaram a se beneficiar.

"A expectativa, em geral, é de renovação grande em 2018 e 2019. Existe uma série de clientes e concorrentes que no setor automotivo pesado demonstrava

otimismo, humor positivo com o comportamento do mercado, e agora enxergamos as entradas de pedidos em carteira", conta. "Era sentimento e se transformou em negócios."

O grupo vende aços longos, que são barras maciças e tubos com e sem costura, conexões e aço inoxidável. Seus principais fornecedores são a Gerdau, a Vallourec, a Tenaris - antiga Confab - e a Aperam. A companhia também opera centros de serviço, trefilação e ancoragem em geral para sustentação de edifícios.

Com uma carteira bastante diversificada de clientes - são 4.500 por mês -, tenta não ficar exposta demais a nenhum setor ou grupo empresarial, mitigando o efeito de crises. No passado, quando o setor petrolífero nadava de braçada, a Petrobras chegou a representar parcela significativa do faturamento, o que foi modificado recentemente.

Além de adquirir os produtos das siderúrgicas locais, o Açotubo importa cerca de 5% do que vende, um volume não tão expressivo. "Compro itens como conexões e barras inox, que pela especialidade em geral não têm suprimento por aqui. Se a usina nacional produz, eu prefiro não importar", conta o executivo.

Como importador, está atento às medidas de Donald Trump nos Estados Unidos. Mas Bassi diz que o potencial desvio de comércio do aço para o Brasil não necessariamente animaria a empresa a importar mais. "Nos afeta menos o protecionismo porque, em geral, esse comércio é de aços planos".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Biorrefinarias entram no foco de DSM e Amyris

Alguns hábitos triviais, como passar creme no rosto ou trocar o lubrificante do automóvel, sempre dependeram da exploração de petróleo, e poucas foram as matérias-primas que conseguiram competir nessas cadeias de produção que não fossem fósseis. As poucas iniciativas na direção contrária nas últimas décadas vinham esbarrando nos altos custos e na falta de tecnologia. Mas a americana Amyris e sua principal acionista, a holandesa DSM, estão tentando furar esse bloqueio e buscam no Brasil matérias-primas renováveis, em particular a cana-de-açúcar, para ganhar espaço na disputa.

No fim de 2017, a DSM comprou da Amyris uma biorrefinaria localizada em Brotas (SP), a única do tipo construída até o momento no país. A fábrica produz,

a partir do melaço da cana, uma molécula chamada farneseno, utilizada em diversos processos fabris, como na produção de lubrificantes, combustível e plástico, eliminando a necessidade de derivados fósseis.

A transação, fechada por cerca de US\$ 100 milhões, permitiu à DSM diversificar geograficamente a fabricação de produtos com matérias-primas renováveis. Para a Amyris, foi a oportunidade para levantar recursos para novos investimentos em biorrefinarias no país. Do valor total do negócio, US\$ 35 milhões referem-se à aquisição da unidade industrial e US\$ 27,5 milhões à transferência da propriedade intelectual sobre o farneseno.

Além disso, as duas firmaram um "acordo de valor compartilhado" por oito anos, pelo qual a DSM se compromete a pagar à Amyris parte de suas receitas com a venda de farneseno em mercados onde a americana já atuava. Em até três anos, serão pagos US\$ 37,5 milhões. Nos anos seguintes os repasses seguirão os preços de mercado.

Com a aquisição, a DSM, que no ano passado faturou US\$ 1,2 bilhão em todas as suas operações na América Latina, finca os pés na região do mundo que considera ser a mais promissora em termos de fornecimento de biomassa e que pode competir com o petróleo no fornecimento à indústria química, segundo Mauricio Adade, presidente da múlti holandesa para a América Latina.

"Temos biofábricas nos Estados Unidos e na Itália. [A aquisição] vai alavancar a importância dos nossos negócios na América Latina. Hoje, a produção é exportada, mas não exclui planos futuros de desenvolver matéria-prima para ser utilizada no Brasil", disse. A produção de farneseno integra-se a outros negócios da DSM, já que a molécula pode ser usada em sua produção de fragrâncias e vitaminas.

A biorrefinaria de Brotas tem capacidade para produzir até 16 mil toneladas de farneseno por ano e usa como matéria-prima o melaço produzido em uma usina da Raízen na região.

Para a Amyris, que teve receita de US\$ 143 milhões em 2017 e estima faturar US\$ 190 milhões neste ano, a venda da biorrefinaria não significou sua saída desse ramo - muito pelo contrário. Segundo John Melo, CEO da companhia, os recursos levantados com a transação poderão ser investidos na finalização de projetos já iniciados no Brasil, como a segunda biorrefinaria em Brotas, e em outra unidade em Pradópolis, vizinha a uma usina do grupo São Martinho.

A primeira deve produzir farneseno para a indústria de ingredientes, fragrâncias e produtos nutricionais. A segunda usaria o xarope da cana para a produção de

um adoçante natural sem calorias. Para a finalização dos dois projetos são necessários mais US\$ 100 milhões.

A construção da segunda unidade de Brotas está em andamento. Já em Pradópolis, a construção foi interrompida em 2015 após a Amyris descumprir partes do acordo com a São Martinho, de quem era parceira. Se a americana retomar a construção, o grupo sucroalcooleiro poderá ser um fornecedor da biorrefinaria. Segundo Melo, o objetivo é ter as duas unidades rodando já no fim de 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: RenovaBio busca atrair setor financeiro

O Ministério de Minas e Energia (MME) está conversando com diversos atores do mercado financeiro nacional e internacional para atraí-los para a comercialização dos certificados de biocombustíveis (CBios). As distribuidoras de combustíveis terão de adquirir esses papéis - que deverão ser negociados na B3 - para cumprir as metas de emissões de gases de efeito estufa previstas RenovaBio, programa do governo que está em fase de regulamentação.

"Estamos formatando o produto para ele ser cobiçado por investidores nacionais e internacionais. Temos conversado com Morgan Stanley, Credit Suisse, por exemplo, que gostam deste tipo de ativo", afirmou Paulo Roberto Costa, analista do Departamento de Biocombustíveis do ministério, em reunião ontem na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Costa disse que, em 15 dias, o ministério deverá emitir uma minuta, elaborada em conjunto com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a B3, propondo uma estrutura para a negociação dos certificados.

O MME espera que a atuação de investidores dê liquidez aos CBios, reduzindo a influência do concentrado setor de distribuição de combustíveis na formação de preços dos certificados. A medida é apoiada pelos produtores de biocombustíveis. Para Jacyr Costa, diretor da divisão Brasil da francesa Tereos, a possibilidade de vender os CBios a agentes financeiros "é ótima para o produtor, que precisa de liquidez e terá alguém para vender que não só as distribuidoras".

Integrantes do mercado financeiro querem que os CBios sejam tratados como ativos financeiros, tributados como tal, negociados na B3 e regulados pela

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Segundo Pedro Fernandes, diretor de agronegócios do Itaú BBA, a forma como serão tributados "influencia quem vai poder transacionar". Ele disse que a regulação evita o que ocorre com as criptomoedas, que, por ausência de regulação, não são negociadas como ativo financeiro no Brasil.

MME / ASCOM .